

Número 24 - outubro/dezembro de 1998

Eleições 98

Entrevista

Domingos Giroletti

Eleição em Minas cria embrião de centro-esquerda para 2002

A sociedade tem consciência do preço a ser pago pelos ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas não sabe o que virá depois do sacrifício. A transparência, a discussão prévia com a sociedade, uma das características do Plano Real e razão de seu sucesso entre a população, acabou em setembro do ano passado, quando os pacotes do governo brasileiro passaram a ser lançados sem explicações, sem convencimento da população. Estas opiniões são do cientista político Domingos Giroletti, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais. Em entrevista concedida à Revista do Legislativo, no final de 1996, o cientista desenhou um quadro do que seriam os dois anos seguintes, do qual muito pouco precisaria ser retocado. No dia 16 de novembro passado, Domingos Giroletti recebeu os jornalistas Francisco de Moraes Mendes e Jorge Pôssa para fazer um balanço das eleições deste ano e apresentar o quadro que se desenha para os próximos anos. Ele analisa também a eleição do governador Itamar Franco e o avanço das forças de centro-esquerda no Brasil.

A oposição dos governadores deve fazer com que a política econômica do governo seja revista, ou melhor, negociada e esclarecida, para ser implementada

Revista do Legislativo – Há dois anos, o senhor dizia à Revista do Legislativo que, com a eleição do prefeito Célio de Castro, Belo Horizonte tinha se tornado o laboratório de uma nova correlação de forças políticas que poderia se transformar em alternativa ao projeto do presidente FHC. A eleição de Itamar Franco para o governo de Minas foi um produto desse laboratório?

Domingos Giroletti – No caso da eleição presidencial, a candidatura do presidente FHC foi sustentada por uma aliança de centro-direita, enquanto que a esquerda ficou somente no campo mais das forças de esquerda. Formou-se uma frente popular e não uma frente democrática. A frente popular reúne apenas grupos de esquerda e a frente democrática alcança partidos de centro e de esquerda. Ciro Gomes tentou uma candidatura que procurava a transformação da aliança popular em aliança democrática, mas isso não se viabilizou. A única pessoa que talvez pudesse ter feito isso era o ex-presidente Itamar Franco, numa aliança com o PT. Itamar, como cabeça-de-chapa, e Lula, como vice, poderiam reproduzir uma aliança tão ampla quanto a que elegeu Célio de Castro. Em Minas Gerais, apenas no segundo turno, a aliança que elegeu Célio se repete, como aliança democrática, em torno da candidatura de Itamar Franco.

RL – Como se formou a aliança para o segundo turno?

DG – Itamar Franco conseguiu atrair uma parcela significativa do PT, que provavelmente participará do governo, e incorporou ao programa de governo pontos do conteúdo programático do PT, como o programa bolsa-escola, o da saúde da família, o do município de Betim e o do orçamento participativo. A eleição de Itamar, com esse apoio e a incorporação do programa do PT, pode ser a antevisão de uma aliança de centro-esquerda para as eleições de 2002, liderada pelo próprio Itamar Franco, tendo Lula como vice.

RL – Isso seria possível?

DG – Se o Lula foi derrotado três vezes para presidente, ele pode ser bem sucedido como vice, numa eleição extremamente ampla, que poderá ser uma alternativa de poder em nível nacional. Nesse sentido, a eleição no segundo turno, em Minas, criou um embrião para 2002. Paralelamente a isso, o avanço do centro-esquerda se deu em outras partes do Brasil, como no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, onde Covas teve apoio fundamental do PT, no Mato Grosso do Sul, no Acre, em Goiás, onde foi derrotada a oligarquia mais conservadora, em Pernambuco, em Alagoas e no Amapá. São todas essas indicações de que essa aliança cresceu e se ampliou, aumentando suas chances para as eleições de 2002.

RL – O mesmo eleitor que elegeu Fernando Henrique escolheu governadores de oposição. Houve uma mudança de direção daqueles que votaram no presidente e depois contra o seu projeto? Que recado foi este?

DG – Há uma sinalização popular extremamente clara. Dizem que o povo não sabe votar, cada vez, ele se torna mais sábio. Ele votou em Fernando Henrique, numa afirmação clara de valorização do Real e das políticas de reforma do Estado, das privatizações e da abertura da economia. Ao mesmo tempo, ele demonstrou uma preocupação maior com a questão social e com a necessidade de se introduzir correções. A oposição dos governadores, por criar determinados entraves, deve fazer com que a política econômica do governo seja revista ou mais bem negociada e esclarecida, para ser implementada. Sem a eleição dos governadores de oposição, passar no Congresso os ajustes fiscais seria muito mais fácil. Ocorreu então um certo equilíbrio das tendências. O eleitor demonstra também uma preocupação mais nacional, de caráter social e com perspectiva de desenvolvimento, contra um projeto que tem favorecido mais o capital estrangeiro, em detrimento das empresas nacionais e da população brasileira. Se hoje nós temos um fenômeno como a globalização, os Estados não deixam de ser nacionais, o desenvolvimento não deixa de ser uma perspectiva nacional.

RL – O senhor vê, em 2002, a possibilidade de uma frente que poderia apresentar uma alternativa ao neoliberalismo? O que poderia mover esse projeto? Na privatização da Vale do Rio Doce, havia o discurso da soberania nacional, de uma economia nacional. E hoje?

DG – Hoje, seria a oposição aos ajustes impostos pelo FMI, haja vista as consequências políticas que advirão, com reflexos nas eleições para prefeito no ano 2000 e nas eleições presidenciais de 2002. Se, no primeiro mandato, a resistência foi à privatização da Vale, agora, a resistência maior será canalizada em função dos efeitos deletérios que o programa de ajuste trará com a pressão do FMI. É claro que também se deve assinalar outros fatores que ocorreram no campo da esquerda e são importantes.

RL – Que fatores?

DG – Primeiro, a esquerda já sabe que uma frente popular não vence eleição. Se não trabalhar pelo centro, não dá. Segundo, o fim da luta pela hegemonia dentro das esquerdas. Nisto, Leonel Brizola teve um papel fundamental. Quando ele reconhece que o PT é o sucessor e o continuador da política trabalhista de Getúlio Vargas, ele reconhece que o PT é a força, não hegemônica, mas dominante da esquerda. O PSB já reconhecia essa liderança há mais tempo, tanto que, em quase todas as eleições, ele se aliava ao PT, mais em complemento que propriamente numa frente. E a percepção de que uma aliança popular teria que compor, necessariamente, com um candidato mais de centro – e por isso eu falava em Itamar Franco –, de cunho mais nacionalista, defensor da economia nacio-nal e também, embora não seja um homem de esquerda, com um trânsito nas esquerdas e que saiba incorporar não só eleitoralmente, mas no programa de governo, propostas da esquerda.

RL – Estaria aí a formação do que se chama "terceira via"?

DG – Esta é outra questão extremamente importante do ponto de vista do debate político. Como se tem quatro anos pela frente, a grande discussão é quem é o herdeiro da esquerda ou a força legítima para constituir a terceira via. Esta discussão surge porque o PSDB quer ser o representante da terceira via aqui e a esquerda também se julga representante da terceira via. Como na Europa, os ventos sopraram favoravelmente para governos de natureza social-democrata ou socialista. Tanto na eleição passada quanto nesta, FHC se dizia também ser representante dessa força de centro-esquerda, mas, na verdade, foi eleito por uma aliança de centro-direita. Como a próxima disputa presidencial deve ocorrer no embate de uma aliança de centro-direita com uma de centro-esquerda, esse debate da nova aliança se dá em torno da disputa de quem será o representante da terceira via.

RL – E o que é esta terceira via?

DG – Ela tem um significado mais real na Europa que para nós. Na Inglaterra, ela surge como alternativa à política tradicional do trabalho e ao neoliberalismo de Margaret Thatcher. O trabalho significava estatização da economia, e o partido era controlado pelos sindicatos. Num Estado mais enxuto, com as empresas privatizadas, Tony Blair representa uma política não de reforço à estatização, mas voltada para a regulação da economia. É claro que é um governo com a sensibilidade social um pouco maior. Na Inglaterra, existe imposto sobre as empresas privatizadas que geraram lucros astronômicos. Lá, tem sentido falar em terceira via, porque ela é alternativa ao que foi a via do trabalho e a via do tatcherismo. No Brasil, o que significa falar em terceira via se não tivemos ainda um Estado de bem-estar social? Não resgatamos a dívida social e hoje, praticamente, 40% das pessoas vivem numa área de miséria. A concentração de renda tem sido extremamente violenta. Como pensar numa terceira via no Brasil, onde nem os programas do Estado do bem-estar social ou uma maior equalização da riqueza foram alcançados, onde não conseguimos desenvolver o sistema de educação e o sistema de saúde universalista, como na Inglaterra? Aliás, o "médico da família" é cópia de um programa que existe na Inglaterra. Em cada bairro, uma unidade móvel atende pessoas, vacina crianças. Somente em casos excepcionais, o cidadão vai ao hospital. Então, esse programa que o governo Azeredo implementou aqui, que, com denominações diferentes, o PT está trazendo e a Prefeitura de BH está fazendo, é uma prática consagrada na Inglaterra, que tem feito o maior sucesso.

RL – A terceira via no Brasil seria a alternativa a quê? Será que estamos falando de uma segunda via, uma alternativa ao neoliberalismo? Seria uma alternativa somente política, nem frente popular nem aliança de centro-direita?

DG – Quando falo de aliança popular, de frente de esquerda, refiro-me a alianças de natureza eleitoral. Quando falo em modelo, é de se supor exatamente o governo que adviria dessas forças. Na Inglaterra, existe uma política de terceira via, que se diferencia do tatcherismo e do trabalho. Aqui, nós temos um projeto neoliberal não assumido, porque Fernando Henrique não se considera neoliberal, embora toda política por ele implementada seja de cunho neoliberal. Não tivemos um Estado de bem-estar social que tenha criado um sistema universal de saúde e um sistema educacional. Hoje temos uma educação de primeiro e segundo graus de boa qualidade, mas no ensino privado. Se queremos um bom serviço de saúde, temos de recorrer também ao sistema público. Não resgatamos a dívida social e também não temos como criar uma alternativa a esse projeto neoliberal porque a imposição do pacote força, cada vez mais, a redução dos investimentos sociais e o pagamento da dívida interna. Este é outro fator que faz a diferença para se pensar no Brasil comparado com os países desenvolvidos. Eles têm um patamar de bem-estar social, de desenvolvimento social, de equidade social, embora lá também as desigualdades venham avançando, sobretudo com os programas neoliberais de Tatcher e Reagan. Não superamos essas dependências externa e interna que o serviço da dívida acarreta ao Estado brasileiro. Simultaneamente, estamos fazendo a reforma do Estado, a privatização, mas o que arrecadamos com ela não dá para pagar os encargos dos juros da dívida.

RL – A nossa crise é produto da crise mundial ou o País perdeu a oportunidade de resolver as questões fundamentais, já que essa crise foi anunciada há bastante tempo? O que deixou de ser feito pelo governo?

DG – A economia nacional está muito mais dependente da economia interna-cional. Uma das características da globalização é o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo e o capital comercial. O capital financeiro fugiu ao controle dos Estados nacionais e ao controle dos organismos internacionais. Além do mais, ganhou mobilidade, pois o mercado funciona 24 horas por dia. O progresso das comunicações e da tecnologia fez com que o mundo fosse, do ponto de vista do capital financeiro, transformado numa grande aldeia global. Com isso, vemos a redução do poder de resistência e da margem de manobra dos Estados. Do ponto de vista político, há também uma manipulação. O governo FHC associa tudo o que está acontecendo à crise internacional, o que não é verdade. Embora a globalização seja um fenômeno novo, inevitável, que torna a economia dos Estados mais dependente e mais interdependente, ainda há o espaço do governo. Isso depende muito das opções e das políticas adotadas internamente pelo governo. Não era determinação do fenômeno da globalização a abertura irrestrita da economia feita por Fernando Collor. Foi uma decisão política interna da maior relevância. Como também dependeu de Fernando Henrique manter a decisão da política de abertura e dependeu de decisão política manter a privatização, a política cambial, a sobrevalorização do Real, que está dificultando as exportações, que tem feito com que o déficit comercial cresça, aumentando a dívida e tornando a economia, por decisões políticas internas, muito mais dependente do que a interdependência criada pela globalização. É também de responsabilidade desse governo, dada a prioridade à preservação da valorização do Real, à estabilidade da moeda, não ter implementado simultaneamente uma política de ajuste fiscal lá atrás, o que poderia viabilizar medidas impor-tantes para evitar o caráter quase catastrófico desse pacote recessivo. Estamos aumentando bastante nossa fragilidade.

RL – A ida do País ao FMI indica que o projeto do governo fracassou? O Brasil quebrou, como disse o deputado Delfim Netto?

DG – Acho que sim. Significa que o governo, com seus instrumentos de política econômica, não consegue dar conta dos problemas de ajuste e de desenvolvimento do País. Na verdade, o que o FMI traz? A confiabilidade econômica no governo, interna e externa. Se refletirmos, de agosto para cá, e remessa para fora foi em torno de 30 a 32 bilhões de dólares. O aporte do FMI é de 41 bilhões de dólares. O mais lógico seria dificultar a saída desse capital. O governo está reagindo à crise só com mecanismos de mercado e não com mecanismos de controle que o poder do Estado lhe dá. Por isso, digo que o governo é responsável pelo que foi feito. Além disso, a opção pela reeleição fez com que o governo adiasse a implantação de determinadas políticas fundamentais, como a de correção cambial.

RL – O governo esperou a eleição para adotar as medidas...

DG – Sim. Com o preço de inviabilizar o setor público a partir do aumento dos juros, de inviabilizar o setor produtivo com o crescimento do desemprego. Outra questão é a de que o pacote é mais uma medida de ajuste, não havendo previsão de crescimento econômico. Ele é um mecanismo para aumentar a arrecadação e cortar as despesas, cortar mais as dos Estados e Municípios, mais as dos Estados de oposição. Do ponto de vista social, penaliza mais o funcionalismo público que os outros segmentos da população, o que é injusto, e não sinaliza nada em termos de crescimento econômico. É preciso questionar a prioridade dos cortes. Estão cortando obras de infra-estrutura, que geram emprego, que estimulam os insumos internos e, com isso, aumentam a cadeia produtiva. São setores que consomem mão-de-obra não especializada. O que foi anunciado? Cortes na Fernão Dias, um eixo estratégico do desenvolvimento, que, além de gerar empregos, vai propiciar a expansão da economia, aumentando mais possibilidades no Mercosul. Cortes na BR 040, cortes no metrô de Belo Horizonte, onde o transporte é um caos. Não se propõe nada para a indústria da construção, que, em termos de emprego, gera respostas rápidas; não se propõe nada para a própria indústria automobilística, que vive mais do mercado do Estado. A queda do mercado interno leva ao estrangulamento do setor automobilístico, que alimenta toda uma cadeia produtiva de empregos quando vai bem; quando não vai, gera desemprego. Os cortes na saúde e na educação. Sem saúde, não há trabalho, não há produtividade. Sem educação, não há qualificação, não há pesquisa em ciência e tecnologia, o que suspende as possibilidades de eliminação da dependência. É um quadro complicado.

RL – Em que a equipe econômica apostou?

DG – É uma visão monetarista ortodoxa, promovida por intelectuais e economistas que tiveram um certo papel na esquerda. Essa ortodoxia econômica, dessa maneira, sempre esteve muito ligada à direita, a Eugênio Gudin e a Roberto Campos, enquanto a esquerda apostava num crescimento inflacionário, via na inflação um mecanismo do crescimento. É claro que isso degenerou. A equipe econômica, com uma ascendência muito grande do presidente sobre ela, descambou para uma ortodoxia financeira e monetária que se assemelha ao comportamento da direita logo após a guerra, nos anos 50. Com Juscelino, nós nos livramos um pouco dessa ortodoxia. A inflação era um instrumento de geração de empregos. Hoje, em nome da preservação da moeda e da manutenção do controle inflacionário, fazemos uma aposta nesta ortodoxia financeira exagerada. Minha impressão é a de que ainda não quebramos a ciranda financeira. Se a ciranda era alimentada pela inflação, hoje ela é alimentada pela alta dos juros. O grande beneficiário é o mesmo, o capital financeiro. E a classe trabalhadora paga um preço caro pelo desemprego, a pequena e a média empresas estão pagando um preço caro pela desnacionalização da economia, a agricultura e a produção estão pagando um preço caríssimo. O grande problema desse pacote é que a sociedade tem consciência do preço que se paga, e o preço é alto, desde a perda do emprego, a redução da qualidade de vida, até a perda dos mecanismos que protegem a mão-de-obra e o trabalho. Vamos entrar no terceiro milênio praticamente com mecanismos regulatórios que protegem o trabalhador e o emprego do início do século, porque o trabalho e o trabalho de Getúlio Vargas está todo "varrido". Os Estados e Municípios se tornam endividados. A população paga um preço e não sabe para quê. Quando se diz que o médio é amargo, a pessoa está apostando na saúde. Mas, aqui, o que seria o apostar na saúde? Seria o governo mostrar quais setores poderiam crescer neste momento.

RL – Mas há setores que podem crescer?

DG – Há vários setores, como o terceiro setor, o turismo, a agricultura, que poderiam crescer na crise. Não houve essa sinalização para investimentos, para a política industrial no País, para a política de desenvolvimento. Fala-se na criação do Ministério da Produção, mas o pacote não aponta como crescer. As pessoas ficam numa certa perspectiva de somente sofrer os efeitos do pacote e não ver o que há de remédio nele que justifique uma necessidade do sacrifício, por quanto tempo, etc. Outra coisa que pega muito mal, e o Congresso tem reagido a isso, é que a equipe econômica dá muito mais satisfação lá fora, onde discute os termos da negociação, do que aqui dentro. O que tinha sido até aqui um sucesso do Plano Real, a transparência, a discussão prévia com a sociedade, não mais existe. Desde setembro do ano passado, quando houve aquela reação à crise asiática, a população vem sendo submetida a pacotes sem grandes explicações do que está ocorrendo. A oposição tem feito questionamentos, mas a maior parte das suas perguntas tem ficado sem resposta.

RL – A reação do empresariado nacional também tem sido de crítica a esse comportamento?

DG – Sim, e é isso que abre campo para uma liderança mais nacionalista.

RL – Voltando à questão política, nestas eleições, os partidos saíram mais fortes ou mais fracos?

DG – O resultado final dá um certo equilíbrio aos partidos. Tivemos oitro governadores eleitos pelos partidos mais conservadores, como o PFL e o PTB. Pelo centro, considerando o PSDB e o PMDB, são dez. E pela esquerda, se considerarmos Itamar Franco como de centro-esquerda, teríamos sete. Temos de novo aquele equilíbrio que ocorreu na eleição municipal. Sobre o peso dos partidos no Congresso, o governo perdeu três ou quatro cadeiras nas suas alianças, e a esquerda ganhou. O governo mantém uma ampla maioria, não de apoio ideológico, programático, mas pragmático.

RL – A renovação de lideranças nestas eleições foi expressiva?

DG – No Congresso Nacional, houve uma renovação de 50%; na Assembléia, em torno de 42%. Tivemos também a derrota de lideranças que tiveram expressão durante o regime militar. Está se encerrando o ciclo dessas lideranças, quer elas tenham surgido dentro do regime, quer na oposição a ele. Nesse aspecto, são significativas as derrotas de Arraes e de Brizola, mas a aliança com o PT fez com que Brizola se reestruturasse como liderança importante dentro das forças de esquerda, não mais apostando sozinho. A derrota de Maluf, se for comprovado o seu envolvimento no caso dos documentos falsos, pode significar o fim da sua carreira. A renúncia do ex-governador Hélio Garcia pode significar sua saída de cena como líder e a renovação da liderança do seu grupo. Outros deputados estaduais e federais que são lideranças tradicionais ou não disputaram eleição ou não conseguiram se reeleger. E o ciclo do regime militar se encerra com a marginalização desses políticos em função da derrota eleitoral que obtiveram. Se considerarmos essas mudanças históricas num ciclo de médio ou longo prazo, podemos estar encerrando esse ciclo agora, com a substituição de uma tradição de centro e direita por uma tradição de centro-esquerda.

RL – O governo Itamar Franco mota um governo voltado para Minas ou terá peso na política nacional, como anunciava na campanha com o slogan "Minas levanta sua voz"?

DG – A dimensão de Itamar é a de uma liderança nacional. Quando a imprensa mostra as lideranças mais representativas nacionalmente, ele aparece. Como ele representa a figura do ex-presidente e foi, num certo sentido, responsável pelo programa do Real, não vai fazer uma política voltada somente para o Estado. A situação é extremamente grave. A folha de pagamento consome 72% dos recursos do Estado. Pela negociação que foi feita, são R\$ 700 milhões por mês de déficit. A negociação com o governo federal vai consumir, no ano que vem, 13% do que é arrecadado, com a rolagem da dívida e o pagamento do principal. Então, a margem de manobra é muito pequena. Como resolver esses problemas? Demitindo, congelando salários, quando se fez o compromisso de aumentar salários? Ao mesmo tempo, ele vai ficar na mão do governo federal. O que os Estados e Municípios ganharam na Constituição de 1988, esse pacote está tirando, fazendo com que a União se torne muito mais forte que Estados e Municípios. É uma quebra do pacto federativo que pode ter consequências políticas incalculáveis. Então, Itamar Franco vai ficar na mão do governo federal, como os outros governadores. A política de corte e as finanças indica um aperto maior. Agora, o povo mineiro apostou justamente nessa capacidade de liderança e de enfrentamento do ajuste, de tirar do plano administrativo para o plano político. E é possível que aí a sua liderança nacional e a sua capacidade de ruptura pesem na opinião pública, visando à atração de mais recursos para Minas ou à liberação de mais recursos por parte do governo federal. Porém, a correlação de forças dependerá dos outros atores. Estou fazendo uma análise a partir da correlação de forças apontadas pelo resultado da eleição. Daqui para a frente, depende muito do que os atores políticos irão fazer. Podemos explorar algumas variáveis de análise, mas tudo dependerá da conjuntura, das surpresas e, principalmente, da reação dos atores ante o quadro político.

RL – A derrota do governo em Minas deve ser atribuída somente à liderança do ex-presidente Itamar Franco?

DG – Há vários fatores. Tiveram peso, sem dúvida, a insatisfação dos funcionários públicos e a crise da Polícia Militar. Acho que houve um erro estratégico na condução da campanha política. Enquanto se apostava numa política de resultados, como "Minas vai ganhar", Itamar Franco traçou uma estratégia no imaginário político, com "Minas levanta sua voz", "Minas vai recuperar a liderança política". Foram extremamente felizes em captar o sentimento oposicionista, pois a questão nacional predominou sobre a questão regional. Acredito que Eduardo Azeredo fez um bom governo, tanto do ponto de vista da modernização do Estado quanto do desenvolvimento econômico, da recuperação das agências do desenvolvimento e do planejamento estadual estratégico. Houve uma recuperação no campo estratégico, "de se pensar" o Estado em longo prazo. Ele esteve bem na área da Saúde, com a implantação de vários programas e a modernização de hospitais. Eu diria que, talvez, nesse segundo turno, esteve menos em julgamento o governo e muito mais o resgate do passado político glorioso de Minas Gerais, um sentimento oposicionista, como "Minas foi um pouco passada para trás", porque apoiou muito o FHC na primeira eleição e este não desenvolveu um governo que favorecesse Minas.

RL – Azeredo ganhou a eleição em Belo Horizonte, onde há um eleitorado predominantemente de oposição. Como explicar isso?

DG – Pode ter sido pela passagem de Azeredo na Prefeitura de Belo Horizonte, também por um certo descontentamento com a administração de Célio de Castro, ou por alguns benefícios oriundos do governo do Estado. A vitória ocorreu contra a expectativa do próprio governo, que acha que o interior é sempre mais beneficiado que a capital. Teríamos que levar em conta a rivalidade baurrista de Belo Horizonte e Juiz de Fora, além do sentimento antiliberal de Célio de Castro, muito mais acentuado que recentemente. Pode ser até em razão da presença de Newton Cardoso na chapa de Itamar Franco. É preciso fazer uma reflexão mais aprofundada para responder a essa questão.